

A preservação da memória acerca das violações de direitos humanos perpetradas pelos regimes militares latino-americanos entre as décadas de 1960 e 1980 e a repercussão desse legado autoritário no âmbito social constituem alguns dos desafios da contemporaneidade democrática brasileira. No estudo da Justiça Democrática de Transição, a memória, individual e coletiva, assume posição relevante sob dois aspectos: serve para pensar e para fazer a justiça. Nesse sentido, o presente trabalho, partindo de uma revisão bibliográfica qualitativa, tem por escopo a análise das contribuições que as ciências forenses, em especial a Arqueologia e a Antropologia, podem trazer ao conhecimento das circunstâncias que envolveram a prática de crimes de lesa-humanidade, à identificação dos desaparecidos políticos e à preservação da memória individual, social e nacional dos países latino-americanos. Tendo em vista o desaparecimento de documentos escritos, a ausência de registros e a suscetibilidade da história oral a distúrbios físicos e psicológicos, o trabalho em conjunto de arqueólogos e antropólogos permite o acesso aos vestígios materiais e aos restos mortais dos desaparecidos políticos enterrados sem identificação ou encontrados em valas comuns de cemitérios clandestinos, possibilitando, dessa forma, a individualização dessas vítimas da violência estatal e a descoberta da causa de suas mortes. Nesse viés, ambos os ramos do conhecimento tornaram-se instrumentos imprescindíveis para o exame das sequelas oriundas da repressão estatal, além de, fundamentalmente, contribuírem para o avanço da justiça. Em razão dessa atuação, arqueólogos e antropólogos, acostumados até então a trabalharem com vestígios materiais de um passado distante da realidade sociopolítica, enfrentam dificuldades em articular suas experiências acadêmicas às tristes lembranças de um passado ainda presente. Por dedicarem-se à investigação da verdade e comprometerem-se com a memória desse período negro e recente da América Latina, a Arqueologia e a Antropologia Forense são campos do conhecimento que, além de necessitarem de estímulos governamentais mais efetivos e eficazes, merecem atenção especial por parte dos estudiosos da Justiça Democrática de Transição, pois somente a partir do conhecimento da opressão estatal que será possível garantir-se a memória e democratizar-se a história das ditaduras latino-americanas.